

PRÁXIS E FORMAÇÃO HUMANA: ELEMENTOS DE COMPREENSÃO A PARTIR DA FILOSOFIA DA PRÁXIS¹

Joeline Rodrigues de Sousa²
Universidade Federal do Ceará UFC/CE

“Decifra-me ou devoro-te.”

(Mitologia grega)

“Conhece-te a ti mesmo.”

(Aforismo grego)

Gramsci traz em sua obra uma formatação própria da dialética, a qual recupera do legado marxiano como instrumento de leitura da realidade que se apresenta assim como o núcleo da sua concepção de práxis e filosofia da práxis, bem como, da centralidade de sua obra.

A práxis, tema muito discutido nas diversas áreas do conhecimento, especialmente no campo educativo, é compreendida como o fundamento do processo de ensino-aprendizagem, base do processo de formação humana, processo que sintetiza a relação teoria e prática. Esta relação pode ser compreendida por diversos prismas, porém, todos afirmam buscar encontrar a forma unitária desta relação. Desse modo, nesse campo a teoria seria o conteúdo a ser trabalhado e a prática seria a forma ou o método de se trabalhar este conteúdo.

Essa concepção se baseia no viés da educação enquanto atividade diretiva, porém, para termos uma análise mais completa deve-se considerar a totalidade da educação e, portanto, seu sentido *lato* ou amplo – enquanto formação humana que corresponde à constituição do homem enquanto ser genérico, bem como, seu sentido *stricto*, que se refere ao processo educativo em determinado momento histórico e sua organização diretiva, a qual não elimina o primeiro, mas mantém com ele uma relação dialética.

Esse duplo caráter ou sentido da educação forma o todo unitário com sua natureza peculiar e corresponde ao processo de formação humana e àquilo que Marx (2007), ao criticar a doutrina materialista, na Terceira *Tese sobre Feuerbach* afirma, quando diz que

¹ Texto com base na exposição proferida na Mesa-redonda “Práxis e Formação Humana” durante a I JOINGG - Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, em Fortaleza no dia 24 de novembro de 2016.

² Professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci – GGramsci. Coordenadora de Comunicação da International Gramsci Society – IGS/Brasil. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

“os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação” e por outro lado “as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado”. Dessa forma, “A coincidência do mudar as circunstâncias e da atividade humana só pode ser tomada e racionalmente entendida como práxis revolucionante”.

Nesse viés, podemos traçar algumas considerações. Em primeiro lugar, que a formação humana é resultado de um processo diretivo e não-diretivo, ou seja, é um processo educativo que ocorre tanto por uma ação consciente de um indivíduo querer alcançar a consciência do outro – o que segundo Lukács (2013) trata-se da teleologia secundária, como também o resultado do envolvimento do indivíduo com o próprio processo histórico ou a vida mesma – que segundo Gramsci seria a cultura, a atividade artística, política, as concepções de mundo, a filosofia, ou seja, a esfera superestrutural que não está dissociada da estrutural.

Esta nos leva à segunda consideração, que o processo de formação humana e a práxis são inseparáveis e indissolúveis, o ser humano se forma em um processo prático, ao ser afetado pelos diversos complexos sociais, inclusive e, principalmente, pela educação que, conforme Lukács (2013), é um complexo universal e, portanto, ineliminável, imanente e fundante do ser humano, capaz de produzir em cada novo indivíduo a sua humanidade, como afirma Saviani (1991).

A terceira consideração e possivelmente a mais importante, trata-se da novidade trazida por Marx, ou seja, a relação dialética que ele desvela e destaca, contido no interior desse processo de formação prática, ou seja, de um constante processo entre teoria e prática, pelo qual não só o indivíduo é afetado pela realidade e por esse conjunto de complexos, mas ele mesmo pode afetá-lo e os transformar. Aqui se revela o caráter revolucionário da práxis, o seu caráter *rovesciante*. Pois segundo a concepção marxiana, a práxis é uma atividade transformadora atravessada pelo constante processo de pôr finalidades na realidade, demonstrando que a essência da relação entre objetividade e subjetividade é a relação dialética entre teoria e prática.

Dessa forma, Marx inaugura uma nova concepção de práxis, ao superar a tradição filosófica precedente, distinguindo-se de seus predecessores e das outras práxis historicamente determinadas e, portanto, das outras concepções acerca desta categoria. A partir disso, implica dizer que a práxis e, portanto, a formação humana são historicamente

determinadas pelo nível de desenvolvimento humano, isto é, o nível de desenvolvimento das condições materiais de existência e do pensamento ou das formações ideológicas.

Nesse espectro, podemos compreender que há uma unidade da práxis no sentido da relação fundante teoria e prática, mas há uma diversidade de práxis no sentido de como essa relação teórico-prática se apresenta historicamente, ou seja, em cada fase histórica. Desse modo, a práxis no mundo grego antigo era concebida como prática, daí o princípio dos termos práxis e prática serem comumente empregados como sinônimos, expressando as contradições da sociedade que se organizava conforme a divisão do trabalho. Sociedade esta, que apesar de defender seu ideário de democracia, considerava o trabalho manual indigno, coisa de escravo, encerrando a atividade política dos cidadãos em si mesma, na qual se expressava a liberdade, limitando assim, o processo de formação humana conforme o processo de divisão social do trabalho.

Contudo, em cada etapa histórica ou cada esfera da realidade a relação fundamental desse processo apresenta um momento determinante: em umas, a teoria está delida na prática, em outras é a prática que está na teoria e, enquanto concepção fundamental nenhuma corresponde à verdadeira práxis. Esses momentos determinantes representam o dualismo que tem atravessado a história da filosofia, resultado do processo de dominação da sociedade expressando-se nas diversas correntes filosóficas.

Dessa forma, a atividade intelectual e manual, bem como, a relação objetividade e subjetividade, que segundo Lukács (2013) se originam no trabalho, constituem-se como elementos que formam a práxis, e por isso, a práxis é imanente ao homem. Somente o homem põe finalidade nas coisas e pensa nestas finalidades antes de concretizá-la. A relação objetividade e subjetividade revela todo o processo de constituição do mundo material e espiritual produzido pelo homem, a partir das necessidades postas ou dadas historicamente. Tais necessidades impulsionam o desenvolvimento do conhecimento humano a partir da busca de responder adequadamente a elas. Nessa busca, ao longo da história, o homem produziu e produz novas formas materiais e espirituais ao lançar mão dos recursos ao seu alcance e inovar, criar novas objetivações, novas formas de vida e acúmulo de conhecimento. Tudo isso demonstra que em essência toda atividade humana é teórico-prática, e desse modo, é possível compreender porque Gramsci nos Cadernos afirma que “todos são intelectuais”, ainda que não cumpram a função de intelectuais na sociedade.

É a partir dessa análise histórica da natureza da relação objetividade-subjetividade, a qual consideramos fundamental para a compreensão da práxis, que pretendemos trazer à baila nossa reflexão. Pois como reflexo da cisão oriunda da divisão social do trabalho - a luta de classes, o conhecimento humano, especialmente a filosofia, reproduz esta cisão que se expressa no dualismo entre pensamento (razão) e experiência (empíria). Esta impostação se estendeu desde o surgimento da filosofia até Kant que busca operar uma revolução copernicana e busca fundir razão e empíria.

Mas é a partir de Hegel que a História começa a se tornar componente indispensável da filosofia, de pura contemplação de ideias à interpretação de fatos, articular o mundo objetivo com o pensamento, com as ideias, e não mais em um esquema lógico-formal, mas de forma dialética. Desse modo, a filosofia torna-se cada vez mais um campo de disputa, não apenas entre aqueles que historicamente a acessam pelo seu lugar de domínio, mas abre a possibilidade de se expandir àqueles historicamente marginalizados, aos subalternos. Pois em Hegel, esta concepção vem acompanhada da ideia de liberdade. Para ele, há um desenvolvimento progressivo da História da consciência do homem de si mesmo, uma progressiva conquista da liberdade. Contudo, esse processo progressivo da História não é linear, mas resulta de diversas contradições e rupturas de forças que se conservam e superam de forma dialética, formando uma constante unidade dos opostos em movimento.

Tais concepções – dialética e histórica – não são frutos do entendimento puro, mas emanam da própria realidade em que se insere Hegel, ou seja, a ebulição do processo revolucionário e de transição o qual vivenciou.

Nessa esteira que a concepção inaudita de práxis encontrada em Marx, supera todas teodiceias anteriores, que colocavam em elementos supra-históricos os fundamentos da práxis humana, em alguns casos, buscando uma causa primeira, dando origem às religiões ou concepções filosóficas idealistas das mais diversas. Marx faz uma operação dialética e coloca a práxis no lugar que lhe é devido, da história em movimento.

Nesse sentido, um elemento essencial assentado por Marx e recuperado por Gramsci é a dialética no seu sentido ontológico, que também é gnosiológico ou científico, ou seja, que nos auxilia simultaneamente para compreendermos o que as coisas são e é ela mesma a forma como podemos conhecê-la. É nesse sentido que em Gramsci, não podemos compreender estrutura sem a superestrutura, filosofia sem política, ou economia sem política, pois para o marxista italiano as esferas da realidade mantêm constante relação de

reciprocidade e movimento e formam uma totalidade orgânica que ao mesmo tempo é permanente, mas se renova constantemente pela ação praxica. Dessa forma, que ele afirma

Poder-se-á indagar se a filosofia da práxis não é, precisa e especificamente, uma teoria da história, ao que se responder que isto é verdade, mas que é impossível, por isso mesmo, destacar da história a política e a economia, mesmo em suas fases especializadas, de ciência e arte da política e de ciência e política econômica. Ou seja: após ter realizado a tarefa principal na parte filosófica geral (que é a filosofia da práxis propriamente dita: a ciência da dialética ou gnosiologia, na qual os conceitos gerais da história, de política, economia, se relacionam em unidade orgânica) (GRAMSCI, [1932] 2011, p.166)

Conforme Oldrini, essa relação não foi bem compreendida pelos marxistas da Segunda Internacional que deram ênfase à estrutura, gerando concepções mecanicistas e deterministas do processo histórico de transição ao socialismo, abrindo um processo de revisionismo do marxismo como Bernstein³ e outros que lançaram mão de leituras neokantianas e de bases positivistas para “complementar” o marxismo.

Dessa forma, Gramsci se distingue desse grupo de revisionistas, pois compreende o caráter genuinamente revolucionário do marxismo, sua concepção de práxis e da dialética como expressão da nova filosofia, a filosofia da práxis, como afirma na seguinte passagem do Caderno 12:

[...] o significado da dialética só pode ser concebida em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões das velhas sociedades. Se a filosofia da práxis é pensada apenas como subordinada a uma outra filosofia, é impossível conceber a nova dialética, na qual, precisamente, aquela superação se efetua e se expressa. (GRAMSCI, [1932] 2011, p.143)

Compreender a relação entre práxis e formação humana, no viés dialético e histórico, significa compreender a relação dialética entre “ser” e dever-ser, ou seja, entre a realidade, a cultura, toda a estrutura e superestrutura com a qual nos deparamos ao chegarmos a este mundo e tomarmos consciência dele tal como é e aquilo que desejamos que seja. Esse dever-ser demanda transformações do mundo objetivo, mas também o

³ Que punha a dialética de Hegel em questão.

processo de formação de novas subjetividades, de forjar um humanismo de novo tipo, cuja formação integre o especialista técnico, filósofo e político. Foi assim, por exemplo, com a Escola do Trabalho, proposta implementada na Rússia Soviética por Pistrak e Krupskaya e os emissários da educação que lançaram mão do que havia de mais moderno em termos de métodos de ensino para desenvolver um método próprio que fomentasse uma formação correspondente ao novo modo de vida social que buscava-se construir, uma formação omnilateral articulada com a sociedade omnilateral em vias de construção.

Assim como as correntes revolucionárias, as correntes conservadoras também se propõem a este propósito, contudo conforme seus interesses de classes como ocorrera na Itália dos anos 20 que sob a égide do fascismo realizou a Reforma Gentile na Educação Italiana e investiu todo um conjunto de esforços em propaganda e agitação político-cultural com o apoio de intelectuais de grande referência da época como Giovanni Gentile, que tornou-se ministro da Educação à frente da Reforma, e Lombardo Radice, introdutor do escolanovismo na Itália⁴.

Movimento semelhante verificamos atualmente no contexto brasileiro, que aproveitando-se da agudização da crise do capital e seu impacto nas diversas esferas da realidade, os setores mais conservadores da sociedade civil e do Estado impulsionam o pêndulo da História para a extrema direita e profundos retrocessos que culminam com o desgaste da democracia e a emergência do projeto Escola Sem Partido⁵, o qual seguindo a tendência dos tempos de pós-verdade, busca extirpar o conhecimento historicamente acumulado, capaz de dar base ao pensamento crítico, do currículo escolar, e censurar deliberadamente o trabalho pedagógico do professor que buscar articular o conteúdo à realidade, desqualificando-o enquanto profissional. Este movimento reforça a manutenção do senso comum e,

⁴ Todas essas iniciativas foram acompanhadas do cárcere por Gramsci que escreveu várias cartas sobre o assunto e dedicou todo um caderno, o Caderno 12 escrito em 1932, um dos últimos cadernos em que apresenta sua proposta de Escola Unitária e Intelectual orgânico concatenada com o Caderno 13 em que elenca os fundamentos e função do Partido e do político em ato, a partir da análise de Maquiavel.

⁵ Projeto de Lei que surgiu em 2004 e está tramitando na Câmara dos Deputados conforme a referência PL 827/2015 e entre as suas diversas polêmicas dado o seu conteúdo reacionário, destaca-se o artigo terceiro que propõe a proibição da doutrinação política e ideológica em sala de aula, em nome de uma neutralidade inexistente, a que o próprio projeto não se submete. O Projeto se baseia na lógica de mercado e, portanto, a educação é vista como serviço prestado ao aluno e aos pais, os quais devem monitorar o trabalho do professor e, em um clima de “conspiração da esquerda petista” dissemina o discurso de ódio com elementos explicitamente fascistas. Ver: PENNA, Fernando A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

consequentemente do *status quo* encravado na lógica de dominação capitalista em crise que busca se reinventar.

Tendo em vista que o senso comum sofre com as limitações impostas pela lógica formal, Gramsci reconhece e destaca a necessidade de redialetização do marxismo como forma de conhecer o mundo e, do ponto de vista da nova dialética, desenvolve sua concepção de intelectual e de partido.

Tal concepção se funda no processo de superação dos próprios intelectuais, enquanto classe, na medida em que os mais experientes e com maior acúmulo teórico em contato orgânico com os iniciantes contribuem para a formação dos demais e com a elevação destes à consciência filosófica, do espontaneísmo à direção consciente, desenvolvam sua autonomia e criatividade e espírito inventivo para transformar a realidade, fomentando uma nova práxis.

Conforme Martelli (1996), em Gramsci a práxis se apresenta de três modos fundamentais: 1) técnico-produtiva – refere-se ao trabalho como mediação do homem e a natureza; 2) científica-experimental – refere-se ao método experimental que representa uma viragem histórica e demarca o pensamento moderno, capaz de possibilitar a unidade perfeita entre teoria e prática cujo coroamento é a filosofia da práxis, 3) histórico-política – refere-se à atividade humana de mediação entre a vontade humana e a estrutura econômica, ligada, portanto, ao problema da ideologia e da hegemonia.

Todas as três formas estão atravessadas pela dialética e destas, a última que se revela como o núcleo da práxis revolucionária demonstra a necessidade de formação de um novo tipo de homem, o político em ato – aquele que não apenas se preocupa com o “ser”, mas também e, principalmente, com o dever-ser, com a luta pela construção de uma nova hegemonia. Portanto, o filósofo da práxis, o político em ato é aquele que por onde passa coloca em movimento as pessoas e as circunstâncias.

Essa relação dialética entre o real e sua compreensão exige o retorno – agora nas bases da nova dialética – do “conhece-te a ti mesmo”, pois como afirma Hegel, o real é racional e o racional é real. Portanto, para conhecer o objeto é preciso conhecer a si mesmo. Nessa esteira que afirma Marx (2007, p.94) que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, e coloca a consciência no seu lugar, isto é, recupera seu caráter histórico e, portanto, sujeita a um contínuo processo de superação (*Aufhebung*) – ser / não-ser / vir-a-ser. Pois como demonstra Hegel, para crescer é preciso sair de si e tornar-se outros de si, ou seja, há uma consciência dada – que “é”, mas sem consciência que

ao sair de si torna-se um “não-ser”.

Para Marx, o vir-a-ser homem do homem corresponde não apenas ao processo de reconhecimento do outro, como na dialética do senhor e do servo que Hegel desenvolve na *Fenomenologia do Espírito*, mas à resolução efetiva das contradições da vida real em que os homens estão imersos, por isso para Hegel os problemas da sociedade civil se resolvem no Estado, o absoluto que sintetiza as vontades associadas, enquanto para Marx se resolve com a organização e movimento dos dominados para o enfrentamento da luta de classes que visa alcançar um objetivo revolucionário, inédito da construção de um “absoluto” histórico-dialético no contexto das contradições, o comunismo. Contudo, como para Marx a história é um campo aberto de possibilidades determinadas pelas forças contraditórias em ação e não um sistema fechado e pré-determinado pela lógica racional pura, não há a garantia de controle e previsões determinadas dos desdobramentos da história, há, portanto, uma margem do conjunto da práxis que escapa ao homem, o acaso, ainda que resultado de desdobramentos anteriores e das escolhas dos sujeitos envolvidos previamente.

Gramsci, nessa esteira, contribui de forma inaudita para o processo de tradutibilidade da complexa teia de contradições e a dialética imanente ao real como relações de força que impulsionam o movimento histórico atento aos desdobramentos das contradições postas em seu tempo em que no contexto do capitalismo em crise emerge o fascismo. Desse modo, o seu pensamento emerge da forma como a sociedade se organiza nas dimensões estruturais e superestruturais, ou seja, compreendendo a relação dialética e contraditória entre o modo de produção capitalista, a economia e as formas culturais, políticas e filosóficas (linguagem, arte, etc.) e, a partir dessas dimensões ou mediações, as diversas possibilidades do devir.

A contribuição do autor sardo se destaca com originalidade ao nos oferecer elementos concretos do seu tempo histórico para a realização de uma efetiva crítica ontológica, recuperando o caráter original e revolucionário do marxismo que se contrapõe aos diversos fundamentalismos regressivos ou relativismos culturais conservadores, tanto de seu tempo como os que enfrentamos nos dias atuais, ditos “pós-modernos”. Essa crítica não é meramente teórica, mas teórico-prática, é ontológica, pois busca verificar se as ideias são socialmente plausíveis ou falsas e insustentáveis nos termos dela própria, desvelar qual é a realidade que necessita de tais ideias (insustentáveis), tendo em vista que o objetivo da crítica é demonstrar a função social das ideias que, de fato, se revela nas relações sociais as

quais devem ser analisadas e, por fim, oferecer uma explicação mais aproximada da realidade para transformação do próprio real, para a transformação radical das relações de produção e reprodução da vida. A crítica ontológica desenvolvida por Gramsci nos lega, portanto, a possibilidade de emancipação humana, pois se contrapõe a qualquer perspectiva de uma pretensa natureza humana dada e imutável ou visão evolucionista e determinista da história que coloque o homem numa aguda passividade diante da possibilidade de transformação revolucionária do modo de vida.

Para tanto, Gramsci apoia-se em Labriola que, por sua vez, ao refletir sobre o marxismo a partir de suas leituras de Hegel, em 1897 inaugurou o termo filosofia da práxis como o miolo do materialismo histórico, Gramsci que também já trazia acúmulo de leituras de Hegel, apropria-se do termo labriolano e o desenvolve buscando articular de forma dialética as dimensões sócio-históricas do real de forma original.

Em carta a Georges Sorel, em 14 de maio de 1897, Labriola recupera a dialética hegeliana e argumenta por sua defesa como instrumento de compreensão revolucionária do mundo porque é imanente à própria realidade e pode, portanto, impulsionar a capacidade de produção e reprodução de novidades históricas na realidade a partir das condições existentes, ou seja, a dialética é parte e mola propulsora da práxis humana, a qual pode ser entendida como ineliminável devir e construto humano. Nesses termos, Labriola afirma que

Pensare è produrre. Imparare è produrre riproducendo. Noi non sappiamo bene e davvero, se non ciò che noi stessi siamo capaci di produrre, pensando, lavorando, provando e reprovando, e sempre per virtù delle forze che ci son proprie, nel campo sociale e dall'angolo visuale in cui ci troviamo. (LABRIOLA, 1964 [1987] p.198)⁶

Dessa forma, reafirma a reversão prática da teoria do conhecimento, a dialética inerente ao materialismo histórico desenvolvido por Marx capaz de proporcionar uma efetiva crítica imanente e, portanto, de desenvolvimento de uma filosofia imanente à coisa sobre a qual filosofa. Por isso, afirma que:

⁶ Pensar e produzir. Aprender é produzir reproduzindo. Não sabemos bem e realmente, exceto o que somos capazes de produzir, pensar, trabalhar, fazer e refazer, e sempre pela virtude das forças que lhe são próprias, no campo social e no ângulo de visão cujo nos encontramos. (Tradução livre)

Il materialismo storico, ossia la filosofia della praxis, in quanto investe tutto l'uomo storico sociale, come mette termine ad ogni forma d'idealismo, che consideri le cose empiricamente esistenti qual riflesso, riproduzione, imitazione, esempio, conseguenza o come altro dicasi, d'un pensiero, come che siasi, presupposto, così è la fine anche del materialismo naturalistico, nel senso fino a pochi anni fa tradizionale della parola. (LABRIOLA, 1964 [1987] p.198)⁷

A viragem da filosofia da práxis, não se restringe ao emprego conceitual do termo, mas a todo potencial revolucionário, ou seja, teórico-prático que carrega, sobretudo para as classes subalternas que necessitam se instrumentalizar para compreenderem as mediações do real e os caminhos de transformação, e portanto, necessitam criar sua própria filosofia.

É nesse sentido que Gramsci supera o termo materialismo histórico e, a partir do Caderno 4, o substitui por filosofia da práxis que expressa uma concepção original e integral do mundo, e sendo integral lança mão de uma nova dialética, dialética da práxis que não estanca o movimento das contradições do real, nem se fixa em uma das dimensões ou complexos sociais como determinante do real, mas apreende a totalidade e as complexas relações e mediações entre os diversos complexos sociais, de forma omnilateral e, assim, não cai em unilateralismos teóricos ou práticos.

Nesse espectro, o processo de formação humana está intrinsecamente articulado com a totalidade ativa da vida, ou seja, com a integralidade da práxis. É nesse sentido que podemos compreender a indissolúvel relação entre natureza e sociedade e portanto, que só há uma ciência, a ciência da história, como afirma Marx. Trata-se, portanto, de um movimento que, conforme o prisma revolucionário, brota da vida mesma, parte do cotidiano, do espontâneo para sua depuração crítica e filosófica, ou segundo Gramsci, do senso comum à consciência filosófica. Pois o homem e a medida e à medida da sua práxis.

Contudo, entre um momento e outro, emergem diversos níveis de conhecimento e, portanto de consciência, pois como afirma Marx (1983, p.281), toda ciência seria desnecessária se a aparência – a sua forma de manifestação - e a essência das coisas, coincidissem diretamente. É nesse sentido que Gramsci demonstra a necessidade de difusão da filosofia da práxis enquanto ciência que precisa tornar-se senso comum para que as classes subalternas possam fazer a leitura da realidade e de suas múltiplas mediações no

⁷ O materialismo histórico, ou seja, a filosofia da práxis, enquanto situa todos os seres humanos como seres histórico-sociais, põe fim a todas as formas de idealismo, que considera as coisas empiricamente existentes como reflexo, reprodução, imitação, exemplo, consequência ou como um resultado mais verdadeiro, de um pensamento, como quer que seja, presuposto, assim também é o materialismo naturalístico, ou seja, até poucos anos atrás sentido tradicional da palavra. (Tradução livre)

mais alto grau de aproximação e assim, possam transformá-la. Pois para escapar dos unilateralismos ou determinismos economicistas, não basta travar a luta contra o modo de produção (economia), mas também contra o modo de reprodução (educação, cultura, política, filosofia).

Nesse sentido que, no Caderno 11, o autor sardo trata do processo de formação da consciência filosófica e no Caderno 12 destaca a necessidade de formação dos intelectuais orgânicos às classes subalternas para o processo de criação de novas bases sociais e de um novo modo de vida social, em que a formação humana possa ser integral e determinante, bem como, determinada pela construção de uma nova práxis não mais cindida pela alienação ou estranhamento frutos da divisão de classes, mas uma práxis genuinamente omnilateral, um novo bloco histórico⁸.

Dessa forma, destaca a simbiose dialética necessária ao processo de formação que tem uma de suas dimensões centrada na relação orgânica entre intelectuais e massa, entre o elemento que sabe e aquele que sente, entre saber, sentir e compreender, entre espontaneísmo e direção consciente que é movida pela paixão e pelo conhecimento, que impulsionam racionalmente a constituição de uma nova práxis, como afirma no Caderno 11,

[...] não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação. Na ausência deste nexo, as relações do intelectual com o povo-nação são, ou se reduzem, a relações de natureza puramente burocrática e formal, os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio (o chamado centralismo orgânico). Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é a de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única força social, cria-se o “bloco histórico”. (GRAMSCI, 2011, p.222)

Essa conexão possibilita o reconhecimento do elemento ontológico que movimenta a realidade com suas contradições e dialética, esse elemento segundo Gramsci são as relações de força. É desenvolvendo a capacidade de reconhecimento crítico dessas relações

⁸ Pois o marxismo de Gramsci, a filosofia da práxis, não se limita a parafrasear Marx mas a renová-lo conforme a realidade, a “análise concreta da situação concreta”, por isso, o conceito de Bloco Histórico emerge com síntese dialética entre estrutura e superestrutura, a qual se contrapõe à visão determinista da estrutura advinda da Segunda Internacional, recuperando assim, a vontade como elemento ativo do processo prático.

e seu contexto que as classes subalternas podem tornar-se sujeitos da história e transformá-la em um novo modo de vida social.

A Filosofia da práxis é a filosofia do dever-ser, do impulso de transformação, do político em ato, daquele que se preocupa com o que as coisas são, mas sobretudo com o que elas podem ser, capaz de articular o senso de conservação com a necessidade de transformação.

O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio de forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (GRAMSCI, 2011b, p.35)

A tarefa da filosofia da práxis é, portanto, fomentar políticos em ato, os quais, assim como o autor sardo, devem tomar uma posição profundamente historicista, pensar para além da teoria pura, pensar de forma histórica e dialeticamente, decifra a vida contemporânea ao analisar a realidade, o momento de sua elaboração, buscar compreender os componentes da realidade, identificando os elementos envolvidos e cada função que assume, apanhar sua atuação para assim, criar os instrumentos necessários de mobilização e organização da vontade coletiva para um novo *reiligare* -para além do irracionalismo capitalista do culto à mais valia, ao dinheiro e à prática litúrgica do trabalho estranhado, criar, portanto, um novo modo de ser, de forma que a “filosofia” se converta em uma práxis genuinamente livre e omnilateral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LABRIOLA, A. *Saggi sul materialismo storico*. Editori Riuniti: Roma, 1964.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social. II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTELLI, Michele. *Gramsci filosofo della politica*. Edizioni Unicopoli: Milano, 1996.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Livro III, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

Recebido em 15 de abril de 2017

Aceito em 12 de junho de 2017

Editado em 28 de julho de 2017